

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos Internacionais sobre Governo

Especialização em Relações Internacionais:
Geopolítica e Defesa

África e Oriente Médio

Notas de Aula

Professora
Analúcia Pereira

Estudante
Lui Laskowski

2022

1 Introdução

A África é um **continente imenso**, representando 20% do território do mundo, com uma população reduzida. Isso nos leva a observar como, no espaço africano, ainda existem os “espaços vazios” - áreas de baixíssima densidade populacional, ou mesmo inabitadas.

A região é **extremamente diversa**. Há um grande número de Estados, com características muito próprios - são falados mais de 2000 idiomas, e não há homogeneidade africana.

A ideia da realidade africana é de um continente superpopuloso com problemas estruturais intensos, numa precariedade generalizada. Esta realidade não é aplicável a todo o continente - e devemos observar os processos de urbanização que produzem concentrações populacionais, mas também áreas de povoamento muito baixo.

O continente conta com 54 Estados independentes, 27% dos membros das Nações Unidas. Os Estados africanos são muito importantes no contexto de organizações internacionais multilaterais.

Ao longo das últimas décadas, se tornou evidente um processo de modernização de alguns Estados, a ponto de se tornarem potências regionais. Estes Estados são a Nigéria, África do Sul, Etiópia e Angola - se diferenciam em termos de padrão de desenvolvimento. Os Estados africanos compõem 1/3 do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Há uma oferta imensa de recursos naturais estratégicos, como petróleo, ouro, diamantes, gás e urânio. Esta importância não é apenas econômica, mas estratégica, e estes recursos causam ambições extra-regionais. Da mesma forma, o espaço tem uma enorme importância geopolítica, que lhe colocou no centro da corrida imperialista, da guerra fria, e do cenário estratégico contemporâneo.

Há também considerável oferta de mão de obra, pois o continente tem uma população jovem. Esse conjunto de condições colocam o continente africano no centro das grandes disputas internacionais.

2 Sistema interafricano

Avaliemos as particularidades de Estados que são muito jovens, e que embora tenham muito potencial, também têm dificuldades sociais e econômicas, especialmente quando comparados com Estados mais antigos e desenvolvidos em suas constituições internas e relações internacionais.

Os Estados africanos são *novos* atores, historicamente afetados por ambições externas. Sua política externa é conduzida com recursos limitados. Faltam especialistas e informações qualificadas - o que torna extremamente importante o tipo e padrão de relacionamentos internacionais que esses países estabelecem, e as formas de cooperação que estabelecem.

As OIs são um espaço muito importante para a diplomacia africana - ONU, organizações africanas e União Africana - na busca por desenvolvimento. Estes Estados enfrentam muitos desafios securitários - guerras civis, intervenções externas e processos de desestabilização, que influem nos níveis necessários de estabilização para que possam perseguir suas políticas de desenvolvimento.

Ao longo de sua história, percebemos certa polarização entre elites conservadoras e elites progressistas. Isso é tradicional na política africana, mas em todos os momentos onde foi necessário unir esforços para garantir condições de paz e estabilidade as alianças entre grupos conservadores e progressistas foram possíveis. Sempre que houveram problemas de segurança coletiva, estes diálogos foram possíveis para estabelecer condições mais favoráveis ao conjunto de Estados.

Os Estados têm tamanhos diferentes, recursos muito distintos, grupos políticos e projetos nacionais muito diferentes; mas há um propósito comum, que é o fio condutor da articulação desses Estados, que é a demanda por desenvolvimento econômico. A ideia de isolamento é praticamente inexistente na África - a política africana tende a ser desenvolvida e administrada em escala continental, o que reforça o papel das organizações multilaterais.

A heterogeneidade contribui para que existam rivalidades. Estas rivalidades, na fragilidade econômica e política, resultam numa suscetibilidade externa muito grande - assim estes Estados dão uma importância muito grande a sua política externa. Eles dependem de boa política externa e boas relações internacionais para encontrar condições e recursos estratégicos para seu desenvolvimento.

Outro aspecto importante são as elites políticas e a história de sua constituição. Estas elites sofreram as mais diversas influências - desde o período colonial as ideias externas tiveram um sentido e um impacto muito grande nos pensamentos nacionais africanos, como no pensamento pan-africanista. Estas elites também se forjaram a partir de cotações de antigas metrópoles coloniais, que beneficiaram certos grupos, e também são elites que vêm de tempos diferentes e se transformam na medida em que as interações internacionais se modificam. Por exemplo, na Guerra Fria estas elites se adaptam à nova situação entre dois super-atores internacionais, e hoje a China tem também um papel importante na formação dessas elites.

Potências externas sempre tiveram interesse em desenvolver zonas de interesse no continente, o que guia também o uso africano em proveito próprio destes interesses e relações. As elites africanas são pressionadas por problemas internos, e para tal valem-se muito do apoio externo para garantir a estabilidade interna e condições favoráveis para seu projeto de desenvolvimento.

Historicamente a economia africana esteve ligada a uma divisão internacional do trabalho que restringiu muito seu desenvolvimento. É a partir dessa primeira dificuldade *estrutural* que observamos o empenho que hoje estes Estados têm em superar sua condição de subdesenvolvimento.

3 Início do envolvimento africano na política mundial

3.1 Tráfico de escravos

A África, enquanto inicia-se a expansão europeia nos séculos XV e XVI, não sofreu um impacto expressivo em suas estruturas sociais originais - seja no âmbito local ou externo. Nesse momento o principal impacto se deu sobre a América. Nesse mesmo período, os africanos tiveram um impacto importante no comércio internacional, fomentado pelo colonialismo nas Américas e pelo mercantilismo, sendo um dos pilares do mercantilismo à época - por meio da venda de escravos e de outras interações comerciais intensas, com a Europa e diretamente com as Américas. A interação histórica entre a África e a América vem já desse período e de suas relações econômicas.

Essa situação se altera com a revolução sistêmica capitalista do Séc. XIX. Com a primeira revolução industrial inglesa, houve base para a criação de uma estrutura capitalista europeia, com a segunda revolução industrial - e é nesse cenário que a África passou a ser impactada pelas relações com a Europa. Antes comerciais, agora ocorriam outras relações, mais estruturais.

Alguns marcos são importantes nessa nova fase: a abertura do Canal de Suez, que evidenciou que o controle sobre territórios africanos era necessário ao desenvolvimento dos Estados europeus; e que seria necessário controlar as relações econômicas que se desenvolviam no território africano. No início este controle estava concentrado em locais específicos (Bacias do Níger e do Congo, como evidenciado pela ata da Conferência de Berlim) - mas gradativamente os recursos africanos se tornaram indispensáveis ao colonialismo europeu e ao desenvolvimento do capitalismo europeu.

O colonialismo perdurou do final do Séc. XIX (decisão sobre a *partilha africana*) até o final da Segunda Guerra Mundial, sendo controlada por poderes estrangeiros. Ao longo desse processo, pelos impac-

tos das guerras mundiais e dos padrões de exploração desse espaço, o **componente nacional** e o **desenvolvimento de diferentes nacionalidades** africanas se tornou uma realidade. O movimento político de formação de organizações africanas pela independência se constitui ao longo desse processo.

É necessário lembrar que, entre essas potências europeias capitalistas, no período imperial, temos duas que mantiveram um papel importante no espaço africano: a França e a Inglaterra.

Um aspecto importante é o processo gradativo de interação econômica e comercial da África com a venda de escravos, do século VII ao século XIX. Antes mesmo da expansão europeia e do início do tráfico de escravos para as Américas, já havia comércio africano de escravos voltado aos espaços orientais e europeus. Esse movimento existia como uma prática africana para ilhas do Índico, Cabo Verde, Américas, Oriente Médio, norte da África e Europa. Lembremos, porém, que o escravismo antigo tinha um sentido muito diferente do escravismo capitalista. O sentido da mão de obra escrava foi transformado pelo trabalho intensivo nas grandes *plantations* americanas em larga escala - uma relação comercial atlântica muito ativa.

Estes aspectos são importantes porque, posteriormente, incidem sobre o subdesenvolvimento na África - especialmente no fluxo humano de deslocamento permanente sem precedentes. Este aspecto é subconsiderado - a diáspora africana entre os séculos XVI e XIX, que teve impactos duradouros sobre a população africana.

3.2 África Colonial

Até as vésperas da Conferência de Berlim, haviam poucos enclaves coloniais na África (como espanhóis em Marrocos, franceses na Argélia, otomanos na Tripolitânia, ingleses na África do Sul - em sua realidade muito diferente de colonialismo - e outros pequenos espaços coloniais na costa ocidental). O sul africano é diferente porque o colonialismo africano, como situação particular, começa já no

século XVIII, com constituição de uma elite branca de povoamento muito precoce na história mundial.

Em 1924, a África colonial havia mudado completamente, com enormes impérios coloniais divididos entre os Estados europeus, que incluía também os remanescentes muito antigos dos impérios portugueses e espanhol - entre impérios de colonialismo direto, *mandatos* (como na Tanganica, no mandato sul-africano na Tanzânia, entre outros) e países independentes - a Etiópia e a Libéria. Os demais espaços africanos estavam todos sobre controle externo até a Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra acelerou a crise do colonialismo e incentivou os movimentos africanos de libertação, enfraquecendo as antigas metrópoles coloniais, havendo ao mesmo tempo um fortalecimento de organização política africana. Houve, por fim, uma expansão importante da ideologia anticolonial, que definiu a partir desse momento as condições para as lutas por independência.

Estas lutas resultaram em processos de emancipação em períodos diferentes, podendo ser divididos em pelo menos três ondas distintas de independência. A primeira ocorreu no início dos anos 1950, no Magreb; nos anos 1960, este movimento atingiu a África Subsaariana, que se tornou o centro dos processos de descolonização - em 1960, o Ano Africano, 17 Estados se tornaram independentes; e de 1970 a 1990 os processos atingiram o Sul africano, em suas colônias portuguesas e "bastiões brancos", nas Rodésias, no fim do Apartheid na África do Sul e na independência da Namíbia, até então controlada pela África do Sul - chegando à recente secessão do Sudão do Sul.

4 A Guerra Fria na África

A Europa, com o fim da Segunda Guerra Mundial, tentou manter seu domínio, especialmente a França. Em muitos casos a França considerava a independência política de certos países, mas sempre tentou manter domínio econômico sobre as antigas colônias. A esta tentativa, de manter controle econô-

mico ou político indireto sobre antigas colônias, chamamos *neocolonialismo*.

Uma das vias políticas de independência é esta - a situação política de forma a garantir os interesses da antiga metrópole. Há outras vias - como a guerra de independência.

A competição da Guerra Fria foi extremamente importante para os novos Estados que surgiam na África, e serviu como elemento catalisador de projetos políticos que seguiram as independências. Temos, porém, que considerar uma série de mudanças importantes - e agora poderemos observar o *nascimento do Terceiro Mundo*, demandando e lutando em diversas organizações (movimento dos não alinhados, grupo dos 77) por suas condições de desenvolvimento. Este terceiro mundo desenvolveu novos laços com a América Latina, com a Ásia e o Mundo Árabe, especialmente com o norte da África pelas muitas iniciativas da parceria Árabe-Africana.

Nesse sentido, cada ator estabeleceu um tipo diferente de relação com a nova África independente.

A França, tendo sofrido mudanças de governo e mudanças de perspectiva internacional, **sempre** manteve a mesma atitude com a África - mantê-la como zona de influência diante de seu potencial estratégico. Isso se observa até hoje.

A principal estratégia da França é uma integração ideológica e cultural do *clube francófono*, ao qual a França forneceria ajuda financeira, técnica e formaria lideranças, estabelecendo uma relação próxima com potenciais líderes. Esta manutenção de dependência busca ser cultural, militar, econômica e política, com bens franceses no mercado e proteção do ambiente a seu favor.

Isso se revela na manutenção de uma moeda comum em diversos países africanos, controlada pelo banco central da França; mas muitos países têm tentado superar este nível de dependência. A França mantém também bases militares, treinamento e fornecimento militar e policial a estes países, buscando estabelecer boas relações com as elites locais.

O Reino Unido tentou manter seus laços de forma semelhante, mas com menos sucesso. Se envolveu, pois, nas crises da *commonwealth*, tentando desenvolver uma política comum, mas não encontrou o mesmo sucesso da França - a África permaneceu como uma área central na concepção geopolítica da Europa, apesar da emergência das superpotências.

A URSS era um novo ator. Os soviéticos foram atraídos mais por oportunidade que por um plano antecedente - e sua principal estratégia foi estabelecer a presença diplomática na região, tentando minimizar avanços americanos. Os dois aspectos de sua política eram o *pragmatismo na escolha de parceiros africanos* e na *venda de armas*. A partir de 1975 e da independência das colônias portuguesas, a URSS também se envolveu militarmente nesses conflitos regionais, bem como no conflito entre Etiópia e Somália.

A URSS foi pressionada pela política cubana. Cuba foi um ator muito importante desde a revolução de 1959, e sempre teve um envolvimento muito grande com a África, incluindo cooperação civil e militar.

Os EUA tiveram uma política ambivalente. Apoiavam a saída do colonialismo, e seu discurso era tão anticolonial quanto o da URSS; mas fazia vista grossa à manutenção de regimes neocoloniais de seus aliados, e também dos *regimes racistas* no Sul da África, com a ascensão do Partido Nacional da África do Sul e dos *partidos boer*, e a institucionalização do regime de segregação em 1948.

Até 1975 se mantiveram afastados de um envolvimento mais direto, mas a partir de então se envolveram mais no apoio a grupos políticos opostos à URSS e à Cuba.

5 A África e o fim da Guerra Fria

Esta realidade legou à África diferentes projetos políticos, mas também condições para a construção de novos Estados. No entanto, as mudanças e o

impacto que tiveram no *final* da GF precisam ser observados.

Ao final da década de 1980 e nos anos 1990 estes impactos já podem ser observados, com o recuo do apoio que o campo socialista dava a seus aliados na África; e o avanço do projeto ocidental capitalista, principalmente no sentido de enquadrar estes Estados ao sistema de poder ocidental.

Houve, pois, o desencadeamento de uma rigorosa contrarrevolução, a partir da estratégica dos conflitos de baixa intensidade nos quais houve apoio material a contrarrevolucionários domésticos; e a capacitação dos aliados regionais para contenção de movimentos. A África do Sul viveu como um bastião anticomunista por toda a África, desestabilizando movimentos de libertação revolucionários em Moçambique, Angola e outros países, apoiando a UNITA e a FNLA em oposição ao Movimento Popular de Libertação da Angola.

Houve toda uma série de medidas econômicas que, para estes Estados já na defensiva, se apresentaram como efeitos das crises da década de 1970, e produziram uma série de efeitos sérios em Estados vulneráveis que já não contavam com apoio das potências socialistas. Estas medidas afetaram diretamente a capacidade de desenvolvimento econômico na África.

- O preço dos produtos primários diminuiu com o emprego de materiais sintéticos;
- As exportações foram prejudicadas por crescente recessão e protecionismo de países desenvolvidos;
- A dívida externa aumentou, motivada pelo brutal aumento de taxas de juro pela administração Reagan;
- O diálogo Norte-Sul e as posturas reformistas e assistencialistas foram abandonados num clima de postulados neoliberais.

O fim da bipolaridade definiu, enfim, uma situação de marginalidade à África, com a perda relativa de seu papel estratégico da Guerra Fria. Perdeu muito de seu poder de barganha e de sua importân-

cia econômica - as décadas de 80 e 90 são conhecidas como as décadas perdidas.

6 Globalização e atualidade

A globalização e o fim da GF desarticulou a política africana, gerando uma série de dificuldades - alastramento da pobreza, megaurbanização caótica, ressurgimento de doenças, guerras civis, guerras de milícia, crime organizado - que fatalmente corroem os Estados africanos. O período foi difícil, mas também fez renascer, de certa forma, a capacidade dos Estados envolvidos, de forma muito rápida.

As duas décadas do século XXI resultaram num processo de revitalização muito rápida das economias africanas, a partir de movimentos importantes. A África na atualidade reformou seu papel estratégico, e novamente passou a ser objeto de interesse. As elites africanas precisarão novamente estar atentas ao olhar externo sobre a África.

O dilema entre autonomia e intervenção é um dilema importante. Busca-se ampliar a liberdade de ação, mas passa-se por processos intervencionistas diversos. Os interesses africanos precisaram se definir rapidamente entre o controle sobre seus interesses e a atração de interesses externos.

A União Africana é um processo multilateral extremamente recente. Nos anos 2000 a África produziu um processo de integração continental - **todos** os Estados africanos fazem parte da União Africana, desde a Organização da Unidade Africana de 1963. Esse processo é extremamente positivo, permitindo diálogo continental contínuo. Existem, naturalmente, rivalidades, mas o espaço é muito importante para a região. A UA tem seu conselho de segurança, e os africanos têm atuado de forma ativa na resolução dos conflitos africanos.

Temos acompanhado uma reconfiguração de diferentes organizações regionais - das quais há muitas, incluindo UMA, CEDEAO, CEN-SAD, UEMAO, CEMAC, CEAAC, SACU, SADC, IGAD, e muitas outras, entre comunidades políticas, econômicas

e securitárias de diversos escopos, atuações e mem-bresias. O instrumento multilateral é muito impor-tante para os africanos.

As condições de conflito continuam existindo, e re-sultam certas vezes em fraturas territoriais, como no Sudão do Sul - uma fratura que ocorreu exata-mente sobre os campos de petróleo no Sudão, no fim dos oleodutos sudaneses que levam o petróleo ao Porto Sudão.

Atualmente as relações entre França e África se mantêm garantidas. A França garantiu seus inte-resses, e vê a política africana de forma tão fun-damental que, desde 1998, não hesita em inter-vir quando necessário, como na Costa do Marfim (2002), Chade (2006), República Centro Africana (2006), Líbia (2001), e Mali (2013), constituindo uma nova doutrina militar externa do Estado fran-cês.

Os EUA perceberam a importância de voltar-se no-vamente a observar a África, e após 2001 buscou estabelecer uma agenda securitária na África, se en-volvendo, inclusive, diretamente, no financiamento de forças políticas e acesso a recursos. Para tal foi criado o AFRICOM, contrariando a administração Bush, para o qual a África não era uma prioridade. Nenhum país africano aceitou sediar o AFRICOM. Sua sede é na Alemanha.

A China apresentou-se aos africanos a partir dos anos 200, de acordo com uma política externa reno-vada a partir das “quatro modernizações”. A China oferece um sistema de cooperação muito interes-sante, estabelecendo parcerias estratégicas e orga-nismos de diálogo coletivo, além da oferta de bens inclusive tecnológicos e investimentos em infraes-trutura. A China oferece uma política de benefícios mútuos - o que tem sido bastante interessante.

Naturalmente há um discurso punitivo quanto à presença chinesa na África - no entanto, a relação é positiva para os africanos, e prospera substanci-almente. A Nova Rota da Seda tem se expandido para a África.

Tanto a Índia quanto a Rússia vêm invenstindo na

relação sobre novas bases e uma interação mais equilibrada a partir dos anos 2000. A Índia oferece um discurso de solidariedade focado em paz e de-senvolvimento; a Rússia, ao retomar sua política africana nos anos 2000, buscou estabelecer uma série de investimentos, especialmente na área ener-gética, e programas de cooperação militar, ambas focadas na projeção de seu poder energético e de exportação militar.

Várias potências médias do Oriente Médio volta-ram também a estabelecer relações com a África, mesmo a Arábia Saudita, operando de forma im-portante no espaço africano.

Cuba e África costuma ser desconsiderada, mas é uma relação absolutamente crucial e uma parce-ria histórica. Esta relação inclui um comprometi-mento cubano com movimentos de libertação, e cooperação civil-militar incluindo educação, saúde e defesa.

A África é uma das regiões que mais cresce no mundo, e uma nova fronteira comercial de inves-timentos, além de conter investimentos externos diretos e tender à diminuição de conflitos inter-nos, locais e regionais. Os índices de crescimento da África subsaariana estão entre os maiores do mundo, superando todo o Ocidente, o Japão e a América Latina, bem como a Rússia, a África do Norte e o Oriente Médio.

Esta imagem também estava presente em 2018, quando se observou um crescimento forte de países africanos. As dez economias que mais cresceram foram sul-asiáticas ou africanas, com destaque para Gana e a Etiópia.

Pode-se, pois, considerar o deslocamento do eixo econômico mundial não necessariamente para um eixo leste-asiático ou euroasiático, mas, de fato, afroasiático, uma hipótese que pode ser defendida sem grandes esforços.

7 Oriente Médio

Esta região serviu como uma região de passagem por milhares de anos, durante os quais interligava os três continentes da grande afroeurásia. Sua importância estratégica é portanto, histórica.

Um primeiro ponto de importância é o estreito de Bab-el-Mandeb, separando o golfo do Aden e o Mar Vermelho, com suas costas no Djibouti e Iêmen. A passagem pelo estreito de Bab-el-Mandeb é necessária para acessar o canal de Suez.

Outro ponto é o Estreito de Ormuz, que liga o Golfo de Omã ao Golfo Pérsico. Ali há um tráfego extremamente frequente de superpetroleiros.

Por fim, mencionamos o Canal de Suez, construído no final do Séc. XIX e nacionalizado em 1956 pelo presidente Nasser. Se trata do elo mais importante entre o Mar Mediterrâneo do Mar Vermelho.

Outro elemento fundamental é a riqueza energética da região, provocadora de disputas, conflitos e interferência estrangeira.

Os Estados nacionais do Oriente Médio precisam ser avaliados a partir de sua importância em termos de política internacional. Foram muitos os movimentos que bloquearam seus desenvolvimentos, inclusive condições de modernização, e é necessário analisar os processos de forma mais específica.

Os conflitos no Oriente Médio são, em geral, produzidos pela necessidade de desenvolvimento e modernização. O Estado no Oriente Médio é um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento da região.

A desordem produzida na região pelo fim da Guerra Fria, assim como a tentativa de protagonismo americano em regiões de influência soviética, levou a diversas situações.

Em 1991, a operação *Desert Storm* caracterizou a nova estratégia americana de **conflitos de média intensidade**, buscando exaurir forças militares de potências médias. A intervenção de 1991 permitiu que as monarquias buscassem impor uma nova

ordem regional, articulada por Cairo-Washington.

O petróleo passou a ser importante para recuperar a competitividade norte-americana. Nesse contexto, Israel perdeu importância, e passou a haver maior pressão para um acordo de paz entre Israel e os Estados árabes em seu entorno.

A ausência de bipolaridade fez com que os conflitos extrapolassem os limites anteriores, ficando clara uma assimetria entre poder militar e poder econômico nessa nova ordem mundial, e assinalou a fragilidade das monarquias do golfo. Após a destruição parcial do Iraque, se estabeleceram grandes bases americanas no Golfo, caracterizando uma espécie de intervenção permanente.

Ao longo dos anos 1990, especialmente a partir da primeira tentativa de paz árabe-israelense, o conflito israel-palestino veio sendo reduzido. A partir das eleições em Israel, porém, os processos foram interrompidos, e em 2000 conflitos emergiram novamente. Israel, desde sua criação, tem sido um ator estratégico na região.

São quatro os elementos principais das relações regionais durante este período: **nacionalismo**, construção estatal via **revolução**, presença permanente de **monarquias conservadoras tradicionais** e a permanência do **conflito israelo-palestino**. Há também a emergência de novas forças políticas, que reorienta as relações regionais.

7.1 Fundamentalismo, terrorismo e reações

Fundamentalismos são movimentos sociais e políticos diversos que apresentam certas características em comum. A principal é que estes movimentos buscam *derivar autoridade de um retorno aos textos sagrados*. Esta volta aos fundamentais vê neles a constituição de um Estado perfeito, e emerge perante o fracasso do Estado moderno aos moldes ocidentais. Outra característica é a aspiração ao poder político e social. Por fim, a intolerância e caráter anti-democrático desses movimentos são frequentemente demonstrados.

O sentimento de fracasso do Estado modernizador foi sentido, principalmente, no Terceiro Mundo. Estas novas forças se apropriam desses fundamentos estatais de entidade social, relacionando seu caráter ao sentimento religioso e produzindo um novo e obscuro projeto político.

Urbanização em massa, desemprego, dominação estrangeira. Sentimentos nacionalistas estão presentes; mas também não oferecem boas soluções.

Observamos uma série de formação de grupos que utilizam práticas terroristas como método de ação, inclusive na formação de um movimento mais amplo. Uma série de ações que configuram o termo *terrorismo* devem ser consideradas, incluindo ações estatais (terrorismo de Estado), assim como ações individuais, terrorismo entre grupos fundamentalistas (uma espécie de guerra civil), e terrorismo psicológico, difundindo o medo global em torno de determinados assuntos ou agendas. Estes terrorismos podem permitir a formação de uma agenda de securitização, como feito pelos EUA em determinadas regiões.

Por fim, a maior parte da região é composta por árabes, mas não exclusivamente. A maioria é de muçulmanos, mas também não na totalidade, e pensar na perspectiva de um “mundo islâmico” requer expandir sua perspectiva para muito além do Oriente Médio.

O Oriente Médio mantém sua importância geopolítica muito grande. Os conflitos da região são fruto de um embate entre forças políticas regionais e forças políticas internacionais para buscar garantir uma nova ordem na região.

8 Mudanças na ordem internacional

Esta ordem, protagonizada pelos EUA, definiu sua posição como única superpotência mundial como único Estado capaz de organizar o mundo a partir de sua posição superior. Toda ordem tem um período de vitalidade; e nesse momento essa ordem

enfrenta seus próprios elementos de desgaste.

O primeiro desses problemas é que nenhum sistema político se constitui como “ideal” no sentido do consenso. Cada Estado se constituiu por experiências muito próprias, o que caracteriza um mundo no qual sistemas políticos são diferentes, embora com padrões comuns. As estruturas, porém, são resultado de experiências sociais próprias.

Durante o período unipolar, observamos, pois, muitos problemas - a **adoção de políticas de mudanças forçadas de regime** foi contraposta por regimes nacionalistas em muitas regiões.

Também como elemento de declínio, o **incentivo ao movimento transfronteiriço e a delegação de autoridade decisória para instituições internacionais**, voltadas para atender à constituição da ordem liberal, resultou em problemas práticos para os próprios Estados liberais e para Estados que organizaram suas próprias instituições, regionais ou continentais (União Africana). Como exemplo da fragilidade dessa política internacionalista, temos a experiência da UE, tendo se fragilizado e mesmo fragmentado.

Um terceiro elemento no declínio liberal é a **hiperglobalização**, que beneficiou alguns mas gerou grandes problemas econômicos e políticos que levaram à erosão do apoio à ordem liberal. Se a ideia era de um regramento comum, este regramento permitiu que novas potências regionais que se projetavam emergissem com condições de discutir as regras políticas internacionais, a exemplo da China e da Rússia - a ordem, pois, produziu suas próprias contradições ao permitir que o mundo se tornasse multipolar.

Produziu-se um novo tipo de relações internacionais, percebidas pelas potências médias africanas e do Oriente Médio. Políticas como a propagação ou imposição da democracia liberal acabaram envenenando a relação dos EUA com muitos outros países, em alguns casos levando a guerras desastrosas, e em outros a resultados incertos. Muitos países passaram a resistir a essas investidas liberais.

As intervenções americanas provocaram alianças e apoio mútuo contra a agenda neoliberal, e os próprios americanos indicaram que esta ordem é resultante de uma estratégia equivocada dos governos pós-Guerra Fria a partir do governo Trump. Os EUA abandonam as políticas de mudança de regime, e os formuladores indicam a prioridade do balanceamento de poder com a China e a Rússia, buscando maximizar a influência americana com as novas organizações econômicas para buscar garantir a importância americana.

Se esse declínio da ordem liberal já é visto a partir de 2005, este é o momento em que se vê uma mudança de comportamento dos Estados da África e Oriente Médio em relação aos eixos prioritários de relações internacionais e na formação de novas alianças.

Na África, podemos observar, por exemplo, uma mudança muito evidente de ênfase - se antes a África era vista como um continente sem esperança, nos anos 2000 é vista como o continente da esperança, que cresce e mostra sua potencialidade.

Ainda que os temas relacionados à África sejam seletivos, gradativamente a África passou a ser vista como uma das regiões que mais cresce do mundo, uma realidade muito clara frente à retomada ou implementação de uma política *prioritária* voltada à África por parte de grandes, médias e pequenas potências vendo-a como uma nova fronteira de investimentos. Passou também a ser objeto de investimentos externos diretos que tem aumentado substancialmente.

Sem dúvida a renovação dos processos de integração regional revela uma nova capacidade no contexto da crise sanitária. Observamos, embora isso não seja objeto midiático, um bom sucesso africano no controle e contenção ao COVID, mesmo frente a números europeus. Os africanos lançaram mão de um capital de conhecimento, aplicado ao combate da atual pandemia, e tiveram bons resultados. Essas mudanças levaram a uma diminuição de guerras locais, em Angola, Congo e Sudão.

Junto à África Oriental, a Subsaariana é a região que mais cresce no mundo. O espaço afroasiático emerge como um dos espaços mais dinâmicos e expressivos na atualidade.

Nesse novo cenário, questões como *soberania, autodeterminação e identidade nacional* são elementos reformuladores inclusive da estrutura interna desses Estados, muitos ainda em reconstrução depois de conflitos recentes. Há elementos que precisam ser integrados a essa análise.

Quando pensamos na formulação da política externa desses Estados, é importante trazer à tona conceitos como sua legitimidade frente à população e oposições domésticas e externas. Isso traduz uma auto-imagem desses Estados; apesar do colonialismo ter sido uma realidade, a criação de instituições estatais é fundamental para sustentar uma possível reformulação dos elementos ligados à política externa e interna desses Estados.

O elemento externo sempre esteve presente na vida política desses Estados, e o fortalecimento de sua posição internacional se tornou uma demanda importantíssima na construção de um novo padrão de relações internacionais.

Elementos não estatais, como opinião pública e grupos internos, podem afetar as políticas internacionais. Gradativamente observamos uma adaptação das relações internas no sentido de garantir as condições para o desenvolvimento de renovados projetos nacionais. Temos que pensar também nos interesses burocráticos, que podem limitar ou ampliar a ação externa desses países, e este é um cenário de **necessário incremento da capacidade estatal** e do fortalecimento de suas capacidades.

As normas estabelecidas a partir da cultura política dessas sociedades e dos valores ideais compartilhados impactam também na relação dos Estados com suas sociedades. A percepção do contexto externo tem um grande impacto na região, pela interferência externa, que é percebida como algo que tende a inibir potencialidades de desenvolvimento e passou a ser um elemento central, só defendido a partir

de novas oportunidades de cooperação internacional com potências emergentes e potências médias regionais.

Seja para análise do espaço africano ou do estado do médio oriente, é necessário avaliar as condições desses Estados em três níveis: **local**, **regional** e **internacional**, capacidades conectadas e mutuamente influentes, definindo as condições de melhora ou piora dos projetos nacionais de desenvolvimento de Estados que, outrora, se integraram ao sistema mundial através de centros de poder como a Europa e as superpotências da Guerra Fria.

Hoje a realidade é outra, uma que estes Estados têm condições de influenciar a seu favor.